

UMA VISÃO SOCIOLÓGICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS

Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, de *Leôncio Martins Rodrigues*. São Paulo: Edusp, 2002, 248 pp.

Jairo Nicolau

Neste livro, que faz um retrato detalhado do perfil socioeconômico dos deputados federais eleitos em 1998, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues traz em boa hora um pouco de sociologia para um universo dominado por explicações eminentemente institucionalistas. Cuidadoso, este novo trabalho do autor é exemplar no tratamento parcimonioso dos dados (sem malabarismos além da conta) e na prudência com que são feitas as inferências sobre esses dados.

Diversos cientistas políticos (entre eles Fabiano Santos, André Marenco e David Samuels) dedicaram-se recentemente ao estudo do padrão de carreira dos deputados brasileiros, buscando estabelecer a evolução das carreiras políticas no longo prazo. Diferentemente desses autores, Leôncio Rodrigues faz uma análise aprofundada de uma única legislatura, a 51^a, que atuou durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. É bom que se destaque: o autor nos apresenta a mais minuciosa análise já feita sobre o perfil dos deputados brasileiros de uma única legislatura.

A pesquisa de Rodrigues parte de uma questão extremamente interessante: quando se observa a composição social dos seis maiores partidos brasileiros — PT, PDT, PMDB, PSDB, PFL e PPB —, será que existem diferenças significativas entre eles? Três aspectos são enfatizados: ocupação/profissão, instrução e patrimônio. Outras variáveis sociológicas clássicas, como cor, religião, gênero e idade, foram deixadas de fora. Infelizmente, o PTB, importante partido do período, não foi analisado. Por isso, uma

curiosidade nossa ficou sem resposta: será que a indefinição ideológica do PTB está ancorada em uma base social também heterogênea de seus representantes?

Uma das novidades do estudo é a utilização do patrimônio dos parlamentares como fonte de dados, a partir da declaração de renda que devem apresentar ao registrar sua candidatura. Embora o autor não nos relate as dificuldades para obtenção das declarações de patrimônio dos deputados, quem conhece um pouco da realidade dos Tribunais Regionais Eleitorais de alguns estados pode imaginar que não tenha sido fácil. Ficamos sabendo apenas que não foi possível obter as declarações de patrimônio de 112 parlamentares, todos eles representantes de estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Amazonas, Bahia, Goiás, Sergipe, Maranhão e Paraíba). Obviamente, essa exclusão pode ter produzido algum viés nos dados (penso particularmente na bancada do PFL, forte no Norte e Nordeste), mas o autor não nos informa se a bancada de algum partido em particular ficou sub-representada nesse quesito, fazendo apenas uma advertência genérica: "Embora representem 78,2% da Câmara dos Deputados, as 401 declarações não são representativas do total de parlamentares [...] uma vez que seis unidades da Federação ficaram integralmente excluídas. Por isso, os dados sobre os bens dos membros das bancadas [...] somente sugerem tendências e situações" (p. 82).

A associação entre as três variáveis analisadas e os partidos revela dados interessantes. Ainda que não seja possível estabelecer generalizações a partir das informações de uma única legislatura, o trabalho oferece pistas para a elaboração de uma sociologia dos partidos brasileiros. Vejamos, em linhas gerais, alguns dados sobre as seis legendas mais importantes.

O PPB tem um perfil relativamente homogêneo: é o partido que reúne o maior contingente de empresários (68%), ao passo que registra os menores índices de profissionais liberais (18%) e de pro-

fessores (7%), bem como o que apresenta mais deputados com alto patrimônio, na faixa acima de R\$ 500 mil (67%). O PFL tem perfil semelhante, com uma bancada composta sobretudo por parlamentares que são empresários (61%) e têm alto patrimônio (67%). A principal diferença é a proporção de deputados recrutados no alto funcionalismo estatal (24%), o que sugere "um partido com fortes raízes no aparelho estatal, notadamente do governo federal" (p. 106).

A bancada do PMDB tem um perfil menos nítido. Ainda que dominantes, os empresários estão em menor proporção nessa bancada (47%) do que nas do PPB e PFL. O partido apresenta ainda um contingente significativo de parlamentares oriundos do setor público (23%), recrutados sobretudo na burocracia estadual (à diferença do PFL, que recruta seus parlamentares na alta burocracia federal). O PMDB também registra uma maioria de representantes com alto patrimônio (56%). Em linhas gerais, a distribuição ocupacional da bancada do partido é bastante semelhante à da Câmara dos Deputados em seu todo.

O PSDB também tem a maioria dos seus quadros recrutados no meio empresarial (38%), mas congrega o maior contingente de parlamentares com profissões "intelectuais" (predominando os economistas e sociólogos) e destaca-se também pelo alto contingente de profissionais liberais (31%). Em termos de patrimônio, o PSDB tem quase metade dos seus membros na faixa mais alta (49%). O autor conclui que a "composição social dominante desse partido é dada pela união de uma intelectualidade de renda elevada com setores empresariais, minoritários, mas importantes" (p. 108). Portanto, a bancada do partido uniria uma intelectualidade ascendente a uma fração ilustrada do empresariado.

O PDT é a legenda com o percentual mais elevado de parlamentares com origem nas profissões liberais (52% da bancada). O contingente de empresários (27%) e de parlamentares com alto patrimônio (27%) é mais reduzido do que o dos partidos de centro-direita. O PT, por fim, tem uma base social bastante singular. O número de empresários em sua bancada é ínfimo (3%) e nenhum parlamentar petista tem patrimônio acima de R\$ 500 mil. O partido é praticamente composto por representantes de três grupos sociais: profissionais liberais (25%), professores (34%) e profissionais "populares", que inclu-

em trabalhadores rurais, operários e empregados não-manuais do setor de serviços (31%). O PT reúne praticamente todos os representantes da Câmara dos Deputados com origem nas camadas populares. Um dado interessante é que o partido concentra as maiores taxas de parlamentares com baixa escolaridade (9% não têm segundo grau completo) bem como de deputados com mestrado e doutorado completos (14%).

A partir de dois atributos — os contingentes de parlamentares com alta renda e de empresários na bancada —, os seis maiores partidos brasileiros podem ser ordenados da direita para a esquerda de maneira monotônica, numa direção esperada pela sociologia dos partidos: quanto mais à direita, maior o contingente de empresários e de parlamentares com alto patrimônio. Outros atributos (escolaridade, recrutamento na burocracia, presença de profissionais liberais e nas camadas populares) marcam apenas a singularidade de cada partido.

Cabe lembrar que o autor publicou em 1987 um trabalho parecido (*Quem é quem na Constituinte*), com um detalhado perfil da primeira legislatura eleita após o regime militar. Talvez valesse a pena ter comparado os dados das duas legislaturas. Haveria diferenças significativas entre os parlamentares que redigiram a Constituinte e os da 51ª legislatura, eleita em 1998? Os partidos estarão recrutando os parlamentares nos mesmos grupos sociais? Será que as mudanças na estrutura social e na vida partidária nestes doze anos alteraram o perfil dos representantes?

Dos dez capítulos do livro, oito tratam da composição social das bancadas, enquanto os outros dois (o primeiro e o nono) discutem um tema que aparentemente não teria maior relação com o tema central da análise: o processo de institucionalização do sistema partidário brasileiro. Assim, como conectar uma discussão basicamente institucionalista com outra de natureza eminentemente sociológica? Antes de abordar a resposta oferecida por Leôncio Rodrigues, vale a pena revisar os principais argumentos presentes no debate sobre a natureza do sistema partidário brasileiro.

O tema da institucionalização dos sistemas partidários é caro à ciência política. No Brasil, os analistas se dividem basicamente em duas correntes interpretativas, que foram chamadas pelo autor de "negativa" e "revisionista". A perspectiva "negativa", dominante entre os cientistas políticos norte-ame-

ricanos, é compartilhada por muitos colegas brasileiros (sem falar que é dominante no jornalismo político do país). Para eles, as evidências apontariam uma espécie de subdesenvolvimento partidário: os partidos seriam frágeis na arena eleitoral, onde imperaria o voto personalizado; em termos organizacionais, com exceção do PT, teriam estruturas montadas meramente para concorrer às eleições; no Legislativo, as constantes trocas de legenda por parte dos parlamentares e a indisciplina nas votações nominais também seriam indicadores de fragilidade.

Minha hipótese é que os trabalhos mais contundentes dessa corrente foram escritos durante os primeiros anos da atual experiência partidária — influenciados, portanto, pela grande instabilidade do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990: o surgimento do PSDB e de diversos novos partidos; a crise do PMDB e do PFL; a vitória de Fernando Collor de Mello, que concorreu por um micropartido (PRN); a crise que levou ao impedimento de Collor e à posse de um presidente não filiado a nenhuma legenda (Itamar Franco). Diante da grande instabilidade do período 1988-93, poucos cientistas políticos teriam apostado num processo de estruturação do sistema partidário brasileiro.

Já as pesquisas empíricas feitas pelos cientistas políticos brasileiros a partir da segunda metade dos anos 1990 têm chamado a atenção para aspectos positivos do sistema partidário. Utilizando dados do período mais instável da atual experiência democrática (1989-94), autores como Fernando Limongi e Argelina Figueiredo mostraram que a taxa de disciplina nas votações nominais é mais alta do que se imaginava, enquanto outros qualificaram a alta fragmentação partidária do país, as trocas de legenda, as coligações eleitorais e a composição ministerial. No cômputo geral, se o quadro pintado pelos autores revisionistas não chega a ser otimista, é muito mais matizado do que o do outro grupo.

Correndo o risco de soar excessivamente contextualista, diria que esses autores produziram suas análises em um cenário — o dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso — no qual o quadro partidário já era muito mais estável. Não é coinci-

dência que muitos dos autores que no começo dos anos 1990 defendiam a versão pessimista tenham assumido uma interpretação mais matizada sobre o funcionamento dos partidos brasileiros no começo desta década.

Leôncio Rodrigues não esconde sua simpatia pela interpretação revisionista, ao concluir que os dados por ele apresentados, "bem como as pesquisas de outros cientistas políticos que trabalham na área de partidos e eleições, sugerem um mapa partidário relativamente estável, de pequenas mudanças, em processo de estruturação e não de desagregação. Esse desenvolvimento, desde a década de 1990, tem vindo do próprio jogo do mercado político e eleitoral, com a sedimentação de tendências anteriormente existentes. Tudo indica que esse formato deve consolidar-se progressivamente, caso não haja intervenções impositivas externas que, para o bem ou para o mal, alterem as regras atuais. Mas, mesmo que elas ocorram, parece difícil que a composição do clube dos [...] maiores partidos sofra alguma alteração radical nas próximas eleições, entendendo por 'alteração' radical a substituição de um (ou mais) dos seus atuais membros por outros" (p. 196).

Como o autor deixa claro nessa passagem, os resultados de seu estudo reforçam a tese da estruturação do sistema partidário. Voltamos assim à pergunta deixada no ar alguns parágrafos atrás: como conectar a sociologia política do autor com o debate sobre a estruturação do sistema partidário brasileiro, que é eminentemente institucionalista? Na realidade, as evidências mostradas no livro permitiriam uma conexão mais forte do que a explicitada. Ainda que a análise tenha se limitado a uma única legislatura, os dados do estudo são significativos e contribuem para a construção de uma sociologia dos partidos brasileiros. Dito de outra maneira, no cenário descrito pela versão negativa (alta volatilidade eleitoral, baixa disciplina, trocas de legenda incessantes) seria pouco provável que os partidos tivessem bases sociais tão nítidas quanto as que Leôncio Martins Rodrigues nos mostrou.

Jairo Nicolau é professor de Ciência Política do IUPERJ.